

SISTEMAS DE ENSINO VERSUS LIVROS DIDÁTICOS: VÁRIAS FACES DE UM ENFRENTAMENTO

LELLIS, Marcelo

Abrale – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos

lellis@uol.com.br

Resumo

Neste ensaio, propõe-se uma reflexão sobre os chamados sistemas apostilados de ensino e sua crescente influência na escola pública. Trata-se de fenômeno brasileiro, sem precedentes em outros países e relativamente recente, o que justifica a falta de estudos sobre o tema.

Visando fundamentar a reflexão, apresenta-se um breve histórico do avanço dos sistemas sobre o mercado de livros didáticos e discutem-se as reações das editoras tradicionais e de seus autores. Busca-se ainda mostrar razões do sucesso dos sistemas e sugerir algumas conseqüências de sua investida no ensino público, a qual pode mudar em grande escala a história do livro didático brasileiro..

A opção de prefeituras pelo material dos sistemas, que não passa por avaliação independente e envolve custos consideráveis, em troca dos livros didáticos gratuitos dos programas governamentais, cuja qualidade é certificada pela avaliação do MEC, merece análise porque parece infringir a lógica pedagógica e econômica, além de restringir seriamente a autonomia do professorado.

Palavras-chave: sistemas apostilados de ensino, livro didático, programas governamentais do livro, escola pública.

Introdução

A expressão *sistema de ensino* pode designar um grupo de escolas (podemos nos referir a sistemas municipais de ensino) ou um método de ensino. Neste texto, porém, outras acepções serão privilegiadas: chamaremos *sistemas de ensino* a instituições privadas que produzem e vendem seu material didático a escolas conveniadas, em um esquema de franquias. A expressão *sistemas apostilados de ensino* indica o mesmo tipo de empresa, embora, em alguns casos, as citadas apostilas, ao menos em seu aspecto físico, já pertençam ao passado. Às vezes, a denominação de sistema de ensino aplica-se apenas a certo material didático e não à empresa, mas isso não trará confusão.

Dentre as principais motivações deste texto, aponto (i) o tema em si, que necessita discussão ampla e profunda e (ii) o incentivo de colegas da Abrale – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos. Desses colegas, muitos se sentem antes de tudo professores e, portanto, vêm com preocupação a implantação dos sistemas em redes públicas municipais, impondo

um tempo didático próprio e retirando do professorado a possibilidade de escolher o material didático de sua preferência. Essa afirmação não implica, porém, uma posição da entidade em relação aos sistemas, já que muitos de seus associados elaboram justamente material didático para essas empresas.

Aventurei-me a escrever o ensaio, mesmo tendo sentido falta de diversos dados de natureza quantitativa, os quais mais cedo ou mais tarde devem ser levantados, uma vez que não têm sido veiculados pelos sistemas de ensino ou pelas editoras de livros didáticos. Também não encontrei trabalhos acadêmicos em que me apoiar, simplesmente por falta de pesquisa sobre o tema. Acabei por aproveitar informações retiradas da internet e de jornais e revistas como *Cláudia* ou *Veja*, o que não parece muito sólido. Entretanto, a reportagem que aproveitei de *Cláudia* é bem elaborada, citando variados pontos de vista com bastante clareza e o principal texto utilizado de *Veja*, mesmo fundamentando suas afirmações de maneira duvidosa, é ainda um material rico para discussão. Devo assinalar que Arnaldo Saraiva, diretor editorial da Nova Geração, seguidamente envia por correio eletrônico notícias e comentários relativos a sistemas de ensino, o que muito me ajudou.

Acredito ter compensado parcialmente a ignorância de dados numéricos e a falta de textos de apoio pelos anos de contato com autores e editoras. Pude conversar seguidamente com empresários, diretores, gerentes editoriais e colegas autores das várias disciplinas, o que constituiu a base de meu entendimento do tema.

Como fixei o modesto objetivo de convidar à reflexão e troca de idéias, creio que as limitações apontadas, acrescidas das do próprio autor, não inutilizarão o trabalho.

Breve histórico dos sistemas de ensino

A maioria dos grandes sistemas de ensino atuais originou-se dos cursos pré-vestibulares (chamados simplesmente *cursinhos*), um fenômeno bastante brasileiro, motivado pelo grande número de jovens da ascendente classe média das décadas de 1950 em diante, que disputava as vagas escassas das universidades.

Por volta de 1980, os cursinhos começaram a se transformar em sistemas, difundindo suas apostilas por meio de escolas conveniadas. A situação social do país justificava os passos iniciais dessa aventura empresarial.

Nessa época, cunhava-se a expressão Belíndia, reunião de Bélgica e Índia, para descrever um país em que classes médias e classes mais abastadas tinham padrão de vida do primeiro mundo, vivendo imersas em um mar de pobres e remediados, os quais sobreviviam com renda

per capita equivalente àquela dos mais miseráveis países asiáticos ou africanos. O Brasil belga matriculava seus filhos na escola básica privada, depois nos cursinhos e finalmente na universidade pública. O Brasil indiano tinha suas crianças em uma escola pública cuja qualidade havia decaído na mesma proporção em que se expandira nas décadas de 1960 e 1970. Também decaíra o status e as condições de trabalho do professorado, para que fosse possível suprir a vasta rede pública de ensino. Em conseqüência, passaram a se formar mestres cada vez menos qualificados, uma vez que a profissão perdeu seus atrativos.

Nessas condições, é lógico supor que o material didático dos cursinhos, reciclados para atender alunos mais jovens, tenha atraído muita escola particular que não dispunha de pessoal docente qualificado para justificar as mensalidades cobradas. O prestígio dos cursinhos, que aparentemente “sabiam” o que era necessário para que os alunos aprendessem com vistas ao sucesso nos vestibulares, o material em si, que exibia a admirável organização necessária para resumir três anos de ensino médio e mais alguns de ensino fundamental em poucas centenas de páginas, foram fatores determinantes do sucesso inicial dos sistemas.

A década de 1990 não trouxe alterações no *apartheid* social do país, nem às condições da escola pública ou do professorado, mas acelerou a expansão dos sistemas de ensino. Em nossa opinião, um forte motivo teria sido a crise das escolas particulares decorrente do estancamento da inflação.

As escolas mantinham uma estrutura de alto custo, pagando coordenadores e orientadores para suprir as deficiências do professorado, produzindo esporadicamente material próprio que era acrescentado aos livros didáticos, oferecendo atividades extraordinárias (Inglês para crianças, esportes, aulas de informática) como parte do *marketing* essencial em um mercado competitivo. Entretanto, boa parte de seus gastos durante o ano letivo era custeada pelo dinheiro das matrículas recebidas no final do ano anterior e aplicado no mercado financeiro. A inflação, sabe-se hoje, é também um mecanismo de transferência de renda e, nesse caso particular, transferia renda do pessoal docente e de manutenção para os empresários proprietários das escolas.

Quando, por volta de 1994, o governo federal conseguiu domar a inflação galopante com que o país convivia há anos, as escolas viram-se de súbito alijadas de parte de seus rendimentos e a crise se instalou no setor. Os sistemas de ensino surgiram então como uma solução, permitindo que a escola tivesse um quadro mais enxuto de funcionários e evitasse gastos extraordinários com material didático, ao mesmo tempo em que forneciam um mecanismo para coibir a inadimplência dos pais de alunos, uma vez que o material didático, que era seriado, deixava de ser fornecido aos que estavam em débito.

Na virada do século, quando o mercado de escolas privadas deu os primeiros sinais de saturação, os sistemas, fundados na lógica empresarial da expansão, buscaram mais um mercado, a aparentemente inacessível escola pública. Uma investida até certo ponto surpreendente, uma vez que as escolas públicas dispunham dos livros fornecidos gratuitamente pelo governo federal por meio do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, os quais passavam pelo crivo de uma avaliação de especialistas na disciplina a que se destinavam. O que levaria as prefeituras a gastarem uma verba tão necessária à melhoria das condições de trabalho do professorado e das instalações escolares no material didático dos sistemas, cujo custo atinge centenas de reais por aluno a cada ano?

Um artigo do fiscal Elcio Siqueira, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo [1], questiona o fato, ao menos em um caso:

(...) se realmente existe a disponibilidade de recursos financeiros ora considerada, por que seria mais interessante para o Município de Porto Feliz gastar todo ano R\$ 600 000,00 com apostilamento (...)? Para que gastar se o Ministério da Educação oferece livros gratuitamente?

Ainda assim, vem prosperando a conquista do novo mercado. Como registra o histórico do COC, um dos mais fortes sistemas de ensino do país, em seu *site*:

1999 - Os primeiros municípios do estado de São Paulo fizeram parceria com a Editora COC, surgindo o Projeto NAME – Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino.

O material didático de um sistema passou a ser imposto a toda uma rede municipal, que recebia ainda, como parte do “pacote”, a chamada orientação pedagógica, ciclo de palestras visando treinar o professorado para uso do material (críticos ácidos dizem ser apenas um “show” de inspiração pedagógica).

Atualmente, os sistemas de ensino privados chegam a manter convênio com uma porcentagem bastante significativa das escolas particulares de todo o país no nível fundamental e, no nível médio, atingem entre 40% e 60% dos estabelecimentos,, além de terem o monopólio da distribuição de material didático em várias redes municipais de ensino. Tal material, originalmente um conjunto de apostilas mal impressas, atingiu a qualidade gráfica dos mais bem produzidos livros didáticos. Os sistemas dispõem de ampla equipe de marketing, possuem gráficas, usam tecnologia avançada para promover cursos e palestras, mantêm sob contrato autores de textos didáticos e professores ou palestrantes que divulgam o material e instruem o professorado adotante, além de contratarem figuras de renome para ilustrar suas peças publicitárias.

Principais sistemas de ensino

Entre os sistemas atualmente em evidência, tendo em vista o número de alunos, de escolas conveniadas e tempo de atuação, destacam-se Anglo e Objetivo (originários de São Paulo – SP), COC (fundado em Ribeirão Preto – SP), Pitágoras (de Belo Horizonte – MG) e Positivo (proveniente de Curitiba – PR). Note-se que todos originaram-se de cursinhos, como se pode comprovar nos dados históricos apresentados em seus *sites*, e integram um seleto grupo que pode ser denominado a “nata dos sistemas”. Apenas para exemplificar a abrangência dessas instituições, observamos que

- o COC congrega mais de uma dezena de unidades escolares próprias junto a mais de 200 escolas conveniadas na rede particular (informações do próprio *site*);
- o Objetivo, além das 700 escolas privadas conveniadas, já havia firmado, em 2007, acordo com mais de 30 prefeituras espalhadas pelo país (de acordo com a bem elaborada reportagem sobre educação na revista *Cláudia*);
- seu histórico concorrente, o Anglo, mantinha convênio com 600 escolas particulares (mesma fonte do exemplo anterior).

Além dos sistemas de “elite”, já apresentados, há outros a considerar. Antes, convém esclarecer o leitor que nos referimos à “elite” ou à “nata” dessas instituições sem considerar suas qualificações didático-pedagógicas, pensando apenas em sua pujança empresarial. Exemplificando os sistemas de menor porte, citamos o Etapa e o Pueri Domus (de São Paulo – SP), o Jean Piaget (sediado em São Bernardo do Campo – SP) ou o Seta (com base em São José do Rio Preto – SP); os dois primeiros já caminham para ocupar postos na elite. Nomear todos os ‘menores’ resultaria em lista longa demais.

Há ainda outras organizações similares, algumas em formação, que, porém, não se enquadram em nosso objeto de estudo, pois não dependem de uma empresa franqueadora, sendo mais exatamente redes de escolas que também elaboram material didático próprio ou estão em via de produzi-lo. Nessa condição, podemos citar as Escolas Salesianas (da Ordem dos Padres Salesianos), a Rede Adventista de Ensino (da Igreja dos Adventistas do Sétimo Dia) ou as escolas da Fundação Bradesco.

Confronto entre empresas: sistemas de ensino versus editoras

Os sistemas de ensino vêm, desde o momento em que se tornaram empresas franqueadoras, arrebatando das editoras tradicionais o mercado de livros representado pelas escolas privadas, atingindo atualmente, como já dissemos, porcentagem significativa. Naturalmente, tudo isso tendo ocorrido dentro das regras do jogo capitalista, as editoras nada podem reclamar.

Entretanto, os sistemas agora ameaçam também o mercado público cujo financiador é o governo federal, o maior comprador individual de livros didáticos do país, decidido a negociar este ano cerca de 100 milhões de exemplares, gastando mais de 500 milhões de reais em livros didáticos que serão distribuídos para as escolas públicas de todos os estados.

A mim, a “invasão” da escola pública pelo material dos sistemas parece o cenário de uma batalha comercial decisiva, mas é possível que a realidade seja menos dramática.

Os municípios são autônomos para decidirem o rumo de sua educação básica. Quando optam pelo material didático dos sistemas, arcam com custos consideráveis, mas ainda assim têm assumido essas despesas. Os prefeitos aproveitam para alimentar o *marketing* político, declarando que a educação de qualidade não pode ficar restrita às classes mais favorecidas. Um exemplo retiro do *Jornal da Cidade de Bauru* [2] em uma reportagem que narra a adoção de um sistema pela Prefeitura Municipal de Pederneiras:

“O novo sistema, conhecido como Sistema Apostilado Max de Ensino, é utilizado por algumas escolas particulares da região e visa garantir ensino gratuito de qualidade”. (...) Para a prefeita, de acordo com a matéria, a “educação é prioridade em nossa administração” e os investimentos nas novas apostilas destinam-se a proporcionar “condições iguais de aprendizagem de nossos alunos da rede pública com os das escolas particulares”, porque, “com isso, eles poderão ter as mesmas chances de buscar no futuro um lugar no concorrido mercado de trabalho”.

Certamente, ao comprarem os sistemas, os municípios deveriam informar o governo federal de que prescindem dos livros oferecidos pelo PNLD, evitando duplicidade de gasto do dinheiro público. Entretanto, a economia no plano federal seria pequena em comparação com os gastos municipais, pois os livros didáticos são comprados a preços muito baixos devido à “economia de escala”, isto é, comprando muito, paga-se pouco por unidade.

É difícil avaliar quantos municípios pertencem à órbita dos sistemas. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste talvez atinjam a casa dos 20% e, no restante do país, parecem ter porcentagens desprezíveis. Isto é apenas uma estimativa baseada em nossa intuição e leituras, já que faltam dados confiáveis, mas não seria o bastante para as editoras se preocuparem, lembrando a progressão dos sistemas nos últimos 15 anos?

Durante todo o tempo em que tomavam o mercado particular de livros didáticos das editoras, seria de se esperar que enfrentassem reação por meio de campanhas publicitárias ou políticas de valorização do livro, mas, curiosamente – aqui trata-se de observação pessoal e direta, decorrente de vivência em editoras – os empresários do setor jamais cogitaram seriamente de

tomar medidas desse naipe. O único reflexo defensivo que têm mostrado diante da maré montante do adversário foi investirem eles também na criação de sistemas de ensino, como é o caso do razoavelmente bem sucedido Uno da Editora Moderna, controlada pela Santillana espanhola, ou o Ser, recente criação das editoras irmãs Ática-Scipione, controladas pelo grupo Abril.

Apesar disso, uma breve reflexão sugere que os sistemas tradicionais dispõem de vantagens significativas nessa luta por mercado, tanto sobre as editoras como sobre os sistemas de ensino por elas patrocinados.

- Em cada escola, enquanto uma editora consegue adoções em disciplinas isoladas, o sistema, por força de negociação direta com a direção, fornece o material didático de todas as disciplinas, o que implica maior lucro.
- Se acrescentarmos a esse elemento, o esquema de venda direta às escolas, prescindindo das redes de distribuidores e livreiros que retêm parte do faturamento proveniente dos livros, fica claro que os sistemas oferecem melhores condições financeiras que as editoras, o que pode representar um ganho para os mantenedores da escola, em forma de comissão.
- Claro, os sistemas de ensino das editoras, como o Uno, da Editora Moderna, não sofrem das limitações acima apontadas. Mesmo nesse caso os sistemas já estabelecidos levam vantagem, pois, com base em suas próprias instituições escolares, podem selecionar escolas, ou ao menos turmas modelos, para exibi-las como exemplos da excelência de seu ensino. Os sistemas que descendem dos cursos pré-vestibulares costumam em sua propaganda enfatizar o número de seus alunos que ingressam nas faculdades mais disputadas, ou, como prefere o Objetivo, destacar seus alunos que obtêm os primeiros lugares nos exames vestibulares. Certamente, esses alimentos para o *marketing* são menos eficientes no caso de sistemas de editoras.

Tudo isso não recomenda atenção e ação por parte das editoras? Pode-se, porém, pensar de outra maneira. Talvez no caso da escola pública, os sistemas não possam avançar muito devido a dificuldades logísticas. A maioria dos municípios não suportaria o custo da implantação; por outro lado, em municípios maiores, havendo mais de 500 000 habitantes, um único sistema dificilmente conseguiria suprir a demanda. E, diante desses argumentos, pode-se esperar o futuro.

Confronto pedagógico: sistemas de ensino versus livros didáticos

Como já assinalamos, a crença na eficácia do ensino dos cursinhos alicerça o prestígio dos sistemas de ensino entre muitos pais de alunos. As classes mais favorecidas, aparentemente conscientes de um mundo mais competitivo com empregos escassos, supervalorizam a “capacidade” dessa modalidade de ensino em “colocar” seus filhos nas universidades. Aliás, diga-se de passagem, “capacidade” bastante duvidosa, pois, se é verdade que quase todos que ascendem às carreiras mais concorridas vieram dos famosos cursinhos, também é verdade que uma grande quantidade dos alunos dos mesmos cursinhos não conseguiu as vagas desejadas, porque afinal estas são escassas.

Já ressaltamos a “admirável organização” do material didático dos cursinhos, a qual persiste ainda hoje nos sistemas, havendo alguns que determinam aula por aula a atuação dos professores, alienando-os da condução do próprio trabalho. Esse fator é comentado positivamente no artigo da revista *Cláudia* [3]:

De acordo com Claudia Costin, vice-presidente da Fundação Victor Civita, quem comprou um método saiu-se melhor na Prova Brasil: "Bem ou mal, essas instituições passaram a contar com um material que diz claramente o que fazer em cada aula. O plano de aula, embora pareça um pouco totalitário, garante a aprendizagem".

Obviamente, tal opinião não encontra eco em grande parcela de educadores, os quais argumentam que materiais desse tipo podem garantir a apresentação de conteúdos cobrados na prova Brasil ou em outra instância de avaliação, mas não podem “dizer claramente o que fazer”, isto é, não têm condições de determinar a gestão da sala de aula, com turmas tão diferentes umas das outras, envolvendo inúmeras variáveis. Uma internauta anônima, professora universitária, comentou o tema no blog do jornalista Luis Nassif:

"Franquias" podem dar certo em atividades passíveis de serem padronizadas. O ensino, seja ele em qual nível for, não pode.

Embora o autor deste texto concorde de maneira geral com as idéias acima apresentadas, volta e meia assaltam-lhe dúvidas sobre sua pertinência. Quem sabe, informação, treinamento e sucesso em testes ou exames sejam tudo o que a escola deva oferecer? Afinal, quem garante que a sociedade atual deseja mais do que isso? Não seriam ultrapassados e românticos, talvez inviáveis, os ideais de uma educação artesanal e individualizada, neste mundo superpovoado e massificado?

Entre os que valorizam a eficiência e domínio do conteúdo, relegando a segundo plano os ideais educacionais clássicos que foram sugeridos, está Cláudio Moura Castro, colunista da revista *Veja*, diretor do Pitágoras, um dos sistemas de “elite”.

Em um artigo defendendo entidades de ensino como o Pitágoras, sugestivamente intitulado *Satanás apostilado* [4], Moura Castro começa por citar algumas críticas, para logo perguntar

Por que as escolas desejariam pertencer às redes dos "apostiladores", tão duramente acusados? Uma hipótese persuasiva é que as redes operariam como uma secretaria de educação, cuja missão é apoiar escolas. Preenchem um vácuo.

Em seguida, ele argumenta que os sistemas oferecem, entre outras vantagens,

(i) um ensino estruturado

(Passo a passo, os livros das redes oferecem teoria, aplicação, exercícios e provas. Essa ajuda permite ao professor sair da decoreba e botar a cabeça dos estudantes para funcionar.),

(ii) integração curricular entre os textos das várias disciplinas,

(iii) formação para os professores (ele se refere ao que os críticos apelidaram de “show” pedagógico).

Moura Castro finaliza seu artigo com tom esperançoso:

Portanto, há claros indícios de que os apostiladores criaram uma solução brasileira de grandes méritos e originalidade. Inovação única no mundo, já se cogita a sua exportação.

Às vezes, os argumentos do colunista de *Veja* são inconsistentes, embora possamos observar em seu benefício que dispõe de pouco espaço para desenvolver suas idéias na revista. Neste caso, não se vê como o referido “passo a passo” dos livros das redes conduza à reflexão; ao contrário, a seqüência previsível, imutável, lembra imediatamente a bitola das estradas de ferro, da memorização, das mentes sem brilho.

Apesar dos argumentos contrários que apresentei, não me parece razoável ignorar o que dizem tanto Claudia Costin quanto Moura Castro. O professorado brasileiro se encontra tão fragilizado, tanto em termos de status como em termos de formação e saber, que é bem possível que a imposição de um sistema de ensino possa trazer algum benefício. Os planos de aula impostos aos professores forçam ao menos a abordagem dos conteúdos e aumentam a chance de aprendizado dos alunos; os cursos de formação, ao que parece também impostos, têm chance de levar os professores a ampliar seus saberes.

Por outro lado, não se pode esquecer que o professor é alienado da condução de seu próprio trabalho, de maneira similar ao operário alienado na linha de montagem. À medida em que se

retiram dos docentes as possibilidades criativas e as responsabilidades da profissão, mais se reduz a educação à simples instrução e menos se pode esperar dos alunos assim formados.

Há mais uma crítica que se faz aos sistemas, especificamente a seu material didático: privilegiariam conteúdos e informações, mas não a reflexão; favoreceriam memorização e reprodução, mas não a autonomia. De fato, há alguns anos, examinei material de uma das grandes redes e, pelo que percebi, tudo isso era verdadeiro.

Mais grave ainda, no 11º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro, promovido pelo FNDE/MEC (2007), no qual estive presente, o palestrante Flavio Nigro, diretor da pequena editora Nova Geração, a única que denodadamente combate os sistemas de ensino, apresentou apostilas de um obscuro sistema na qual, entre outros assombros, a Antártica se localizava na Groenlândia.

Entretanto, essas críticas devem ser relativizadas. Claro que há sistemas de ensino de péssima qualidade, mas é provável que aos poucos se extinguam em um mercado de intensa concorrência. Quanto aos grandes sistemas, com todo o poder financeiro de que dispõem, nada indica que vão permanecer com métodos ultrapassados de ensino se a sociedade desejar outras diretrizes. Tanto é verdade que alguns dos sistemas menores já apresentam materiais didáticos muito abertos, que exigem do professor uma gestão bem mais flexível.

Sistemas de ensino e autores

Parte dos autores de livros didáticos sempre se preocupou com a progressão dos sistemas, que reduzia o mercado de suas obras. Por outro lado, há autores que, além de produzirem textos para as editoras tradicionais, também elaboram materiais para os sistemas. Dessa forma, a única entidade representativa da categoria, a Abrale – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, nunca se manifestou abertamente contra os sistemas de ensino, pela simples razão de que congrega os dois tipos de autores já citados.

Entretanto, nos últimos anos, a Abrale vem pouco a pouco assumindo posições que transcendem a simples defesa dos interesses imediatos dos autores. Trata-se de contribuir com seu capital intelectual para a melhoria da educação brasileira em geral e do preparo do professorado, em especial. Atitude natural, uma vez que a quase totalidade dos autores começou a vida profissional no magistério do ensino Fundamental ou Médio; decisão conveniente, porque permite ampliar o prestígio e a influência da entidade junto aos órgãos governamentais que dirigem os programas governamentais relativos ao livro, a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE/MEC). Um resultado é que a Abrale tem sido reconhecida como interlocutora do MEC, especialmente nas discussões de ordem pedagógica em torno do livro didático.

Outro resultado é que a entidade foi obrigada a analisar mais detidamente o avanço dos sistemas e se viu forçada a divulgar sua posição em variadas instâncias, como no 11º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro, ou na discussão que se seguiu à publicação do já citado artigo de Moura e Castro. Nesse caso, acho interessante apresentar parte das considerações da entidade que foram discutidas entre vários autores e resultaram em um texto do qual fui um dos redatores [5]:

*(...) O que importa ressaltar agora é o fato de que a adoção de sistemas apostilados em toda a rede de escolas de um município acarreta **sempre** conseqüências negativas:*

(1) Padroniza-se o ensino, deixa-se de contemplar as diferentes realidades das escolas e dos interesses dos professores, os quais, não podendo escolher o instrumento de trabalho que se adapte a sua maneira de ensinar e a seus alunos, dificilmente serão bem sucedidos (...)

*(2) Os sistemas apostilados custam, no mínimo, dez vezes mais que os livros fornecidos pelo MEC. É fato grave, porque o município gasta verba que deveria ser usada na melhoria das instalações escolares e **das condições de trabalho do professor**, para oferecer material didático que apenas substitui os livros oferecidos gratuitamente pelo Governo Federal.*

*(3) Usa-se um material que **pode** conter sérios deslizes porque **não** passou pela avaliação dos especialistas, como é o caso dos livros didáticos distribuídos pelo MEC. A Abrale defende que todo e qualquer material didático comprado com dinheiro público se submeta à avaliação.*

Lembrando a referência a Satanás no título do artigo de Moura Castro, o texto da Abrale conclui:

Certamente os sistemas não representam Satanás. O Mal se manifesta na imposição desses sistemas, na falta de autonomia do professorado e no gasto indevido e incorreto do dinheiro público.

Chamo a atenção para o fato de que no trecho citado foram apresentadas novas nuances nos argumentos para se opor aos convênios que as prefeituras vêm firmando: (i) a necessidade do crivo da avaliação, que vale para os livros inscritos no PNLD, mas não se aplica ao material dos sistemas de ensino e (ii) a padronização, não especialmente a da sala de aula ou da

conduta docente, mas do ensino de toda uma população, sem que se considerem as distintas condições das escolas e dos alunos.

Aliás, se Cláudia Costin usou o adjetivo totalitário para se referir à imposição de um plano de aula, que dizer da imposição de um mesmo sistema de ensino, em todas as disciplinas (!), para todo um município?

No lugar de uma conclusão

Neste texto não cabe uma conclusão. Os objetivos que nortearam sua escrita e a própria elaboração que, embora expresse as opiniões do autor, não deixa de relatar pontos de vista opostos, indicam que a conclusão só surgirá no futuro, após o levantamento de mais dados e o acúmulo da reflexão.

Entretanto, ao me referir ao futuro não quero passar a idéia de contemplação lenta dos fatos, porque estes vêm se sucedendo em grande velocidade na história da evolução dos sistemas de ensino e sua relação com a educação brasileira.

Seria magnífico se os sistemas tão ligados em sua origem à desigualdade social e à falta de qualidade da escola pública (claro que isso ocorreu independentemente das intenções de seus mantenedores), pudessem resgatar essa escola e contribuir de maneira republicana e democrática para a igualdade de oportunidades entre os estudantes brasileiros. Entretanto, a faceta totalitária da implantação de um único sistema de ensino em um município e a necessidade de lucro necessária para todo empreendimento capitalista parecem contraditar a visão otimista.

Diversas nações desenvolvidas ou em desenvolvimento adotam políticas públicas similares a nossos programas do livro, distribuindo gratuitamente ou subsidiando a compra da obra didática, mas mantendo a liberdade de escolha dos docentes. Em nenhuma nação, como assinalou Moura e Castro, nasceram empresas com a intenção de dirigir o ensino público como ocorre aqui. Além disso, nenhuma nação desenvolvida chegou a cogitar da terceirização de seu sistema escolar. Cabe perguntar então se poderia ser possível exportar nossa “inovação única no mundo”.

Fontes

[1] SIQUEIRA, Elcio. *Questões relacionadas à adoção do ensino apostilado na rede escolar*.

Disponível no *site* do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

www.tce.sp.gov.br/artigos/questao_ensino_apostilado.pdf

- [2] Jornal da Cidade de Bauru, 27/03/2006. *Pederneiras adota sistema apostilado*.
- [3] LAKATOS, Suzana. *Vergonha nas escolas* in Cláudia, nº 549, junho/2007.
- [4] MOURA CASTRO, Cláudio. *Satanás apostilado* in Veja, edição 2022, ano 40, nº 33.
- [5] ABRALE. *Sobre um artigo da revista Veja e a localização de Satanás*. Disponível no site: www.abrale.com.br.

Outros sites examinados:

Principais sistemas de ensino:

www.convenio.cursoanglo.com.br

www.sistamacoc.com.br

www.objetivo.com.br

www.positivo.com.br

www.pitagoras.com.br

E ainda:

www.projetobr.com.br/blog/5.html (Luis Nassif online).